

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOÃO CAMARGO DI IORIO MIAHIRA

INTRODUÇÃO AO INSTITUCIONALISMO RADICAL: UMA EVOLUÇÃO DO
PENSAMENTO VEBLENIANO E SUA RELEVÂNCIA

CURITIBA

2018

JOÃO CAMARGO DI IORIO MIAHIRA

INTRODUÇÃO AO INSTITUCIONALISMO RADICAL: UMA EVOLUÇÃO DO
PENSAMENTO VEBLENIANO E SUA RELEVÂNCIA

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Paraná, como requisito
parcial à obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas

Orientador: Prof. José Felipe Araujo de Almeida

CURITIBA

2018

A todos que acreditaram em mim

AGRADECIMENTOS

Há cinco anos atrás estava começando o curso de economia, uma criança dando um novo passo na vida, me debatendo para andar com as próprias pernas. Hoje entendo que aprender a andar sozinho é só uma parte do que significa amadurecer, é importante também saber com quem contar quando surgem os desafios. Compreendo melhor agora o que significa fazer parte de uma comunidade, pois nada na vida se conquista sozinho e há muito o que agradecer às pessoas que nos acompanham nesta jornada. Devo o mundo aos que permaneceram ao meu lado.

Gostaria de agradecer os professores que marcaram minha trajetória ao longo do curso, tendo a dedicação de compartilhar seus conhecimentos e mostrar a importância da educação. Quero deixar um abraço mais forte ao meu orientador que sempre acreditou no meu potencial mesmo quando eu não acreditava.

Aos meus amigos devo tudo nessa vida. Agradeço à Julia por ser muito mais do que uma amiga pra mim, por vibrar junto nos momentos bons e segurar a mão nos mais sombrios. Não seria a pessoa que sou hoje sem você e, por isso, vou sempre te desejar todo o amor do mundo. Agradeço ao André por nossa amizade ser repleta de atenção e carinho, em todo momento que precisei ele estava lá e pra tudo que você precisar estarei contigo. Agradeço à Nicolý, que mesmo sendo uma amizade mais recente, significa o mundo pra mim, você é uma pessoa iluminada e sentirei muita falta de nossas conversas diárias repletas de autoconhecimento. Agradeço ao Ramon, Raul e ao Colaço por serem tão companheiros todos os dias, seja no cafezinho depois do almoço ou na cerveja barata no fim de semana.

Agradeço todo o grupo do PET-Economia por nosso árduo trabalho perseguir o conhecimento. Este programa mudou a minha concepção do que é a ciência econômica e as pessoas que participaram dele mudaram minha vida.

Por fim, agradeço todo o apoio dado pela minha família que me deu tudo o que precisava para perseguir meus sonhos. Um agradecimento especial à minha mãe que sempre me incentivou a seguir aquilo que gostaria de fazer e por todo afeto e carinho que recebi.

“Surely the species that has found its way from savagery to husbandry, and from husbandry to automation can do better than what Karl Marx called capitalism.”

Clarence E. Ayres

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a evolução do pensamento vebleniano a fim de fazer uma introdução à uma vertente da Economia Institucional, chamada de Institucionalismo Radical. Essa vertente se caracteriza por resgatar uma leitura crítica nos escritos de Thorstein Veblen, reapresentando implicações mais radicais do autor. Veblen possui uma trajetória acadêmica bastante errática, nunca conseguindo se estabelecer em uma universidade e nunca formando alunos em sua tradição de pensamento. Isto acabou distanciando o pensador de seus interlocutores. Clarence Ayres é considerado um dos mais importantes veblenianos do século XX, e foi o responsável por dar continuidade às ideias de Veblen. Contudo, o pensamento de Ayres é particular ao seu tempo. A perspectiva ayresiana tinha como foco de análise a dicotomia instrumental-cerimonial das instituições, deixando de lado questões relacionadas às relações de poder enraizadas na sociedade. O autor era otimista em relação à capacidade dos novos avanços tecnológicos romperem com os padrões de comportamento cerimoniais, assim possibilitando um maior progresso social. Ayres também foi o fundador de um grupo institucionalista chamado de *Cactus Branch*. Diferente de Veblen, Ayres foi capaz de formar vários alunos de doutorado que levassem à frente a tradição de pensamento. Os autores institucionalistas radicais foram um grupo de pesquisadores que se formou durante a década de 1980 como dissidentes de Clarence Ayres e seus companheiros do *Cactus Branch*. Estes autores não compartilhavam do otimismo de Ayres quanto aos rumos do capitalismo de sua época. Uma maior ênfase era dada ao estudo das relações de poder e mecanismos de socialização que permitiam a manutenção da hegemonia institucional na sociedade. A disseminação de mitos sociais, a persistente ausência de práticas democráticas e sistemas de desigualdade crescentes passaram a ser objetos de estudo dos institucionalistas radicais.

Palavras-chave: Institucionalismo Radical. William Dugger. Hegemonia Institucional

ABSTRACT

This work aims to analyze the evolution of the veblenian thought in order to make an introduction to one strand of the institutional economy, known as radical institutionalism. This strand is characterized to rescue a critical reading of Thorstein Veblen's writings, showing radical implications of the author. Veblen has an erratic academic trajectory, never settling in a university and never forming students in his thought strand. This ended up to distance the thinker from his interlocutors. Clarence Ayres is considered one of the most influential veblenian of the XX century, and he was the responsible to continue Veblen's ideas. However, Ayres's thoughts are particular from his time. Ayresian perspective was focused on the instrumental-ceremonial dichotomy of the institutions, leaving aside the power relations rooted in society. The author was optimistic about the capacity of technological advances to break the ceremonial behavior pattern, thus making possible a greater social progress. Ayres also founded an institutionalist group called Cactus Branch, different from Veblen, Ayres was able to form several PhD students that lead this thought tradition. The radical institutionalist authors were a group of researchers that came together in the 80's as Clarence Ayres's dissidentes and colleagues from the Cactus Branch. These authors did not share the optimistic view that Ayres had about the directions of the capitalism in his time. A greater emphasis was given to the study of power relations and the socialization mechanism that allowed the maintenance of the institutional hegemony in society. The dissemination of social myths, the persistent absence of democratic practices and growing inequality systems became study objects of radical institutionalists.

Palavras-chave: Radical Institutionalism. William Dugger. Institutional Hegemony.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 VEBLEN, AYRES E OS INSTITUCIONALISTAS RADICAIS.....	10
3 QUESTÕES METODOLÓGICAS.....	18
4 AS RELAÇÕES DE PODER E A HEGEMONIA INSTITUCIONAL.....	28
5 UM OLHAR SOBRE DEMOCRACIA E IGUALDADE.....	36
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45

1 INTRODUÇÃO

O Institucionalismo Radical é uma vertente da Economia Institucional que ficou conhecida por ser profundamente crítica do modo de produção capitalista e de seus instrumentos de hegemonia ideológicos. Estes retornaram aos escritos de Thorstein Veblen para buscar intuições sobre as relações de poder que mantinham de pé os sistemas de dominação das classes dominantes.

Estes autores foram alunos de Clarence Ayres, um dos mais importantes veblenianos do século XX, no entanto discordavam de algumas implicações práticas e teóricas em relação à perspectiva ayresiana. Enquanto Ayres permanecia otimista que os avanços tecnológicos e a propagação da educação seriam componentes capazes de romper com os padrões de comportamento e instituições de natureza cerimoniais, os radicais não o acompanhavam nesta trajetória. Estes institucionalistas radicais acreditavam que o avanço da propagação tecnológica e educacional não estaria sendo capaz de minar a dominância cerimonial pois o sistema capitalista se apropriava destes avanços para o benefício próprio. Assim, instituições, que outrora eram autônomas em seu desenvolvimento, passaram a ser capturadas pela lógica das relações de poder institucionais para servir ao interesses dos mais ricos.

Trata-se de uma sociedade que vive sob uma hegemonia institucional do capitalismo corporativo. São os interesses de grandes corporações que passam a ditar os rumos tomados pela sociedade, e não a sociedade decidindo coletivamente sua direção. Para os institucionalistas radicais, as relações de poder relevantes não são necessariamente aquelas expressas por instrumentos de coerção aparentes. Quando o poder é exercido desta maneira é mais fácil de visualiza-lo e compreender de onde surgiu. Contudo, quando as relações de poder passam por despercebidas entre os membros da sociedade é aí que o controle social hegemônico opera com mais evidencia.

A individualidade é condicionada através dos mecanismos de socialização da estrutura institucional. É através de um processo de habituação que aprendemos a desempenhar certos conjuntos de comportamentos adequados à determinadas funções, tarefas ou atividades. Assim, estes padrões organizados de comportamento

servem como modelos de pensamento, nos ensinam a enxergar o mundo através da perspectiva das instituições hegemônicas.

O capitalismo é assim entendido pelos institucionalistas radicais não somente como um sistema de modos de produção, mas também estrutura que mantém um sistema de repressão tanto explícita quanto implícita, através dos mecanismos de hegemonia institucional. Tais sistemas repressivos são sustentados através de mitos, superstições e tradições culturais construídas ao longo do tempo.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo apresentar brevemente o pensamento institucionalista radical e seus fundamentos históricos, metodológicos e teóricos. Portanto, o trabalho está organizado em torno de seis capítulos, sendo o primeiro este capítulo de introdução. No segundo capítulo será feita uma revisão da literatura para apresentar a evolução do pensamento vebleniano através dos escritos do próprio Thorstein Veblen, Clarence Ayres e, por fim, os institucionalistas radicais. O terceiro capítulo trará o debate metodológico em torno da vertente, argumentando quais são as características das abordagens convencionais e porque o Institucionalismo Radical se afasta destas. O quarto capítulo explora a discussão sobre as relações de poder na sociedade e os mecanismos que permitem a consolidação da hegemonia institucional. O quinto capítulo apresenta a visão dos institucionalistas radicais em relação à democracia e a igualdade, explicando a importância dos dois conceitos para a escola de pensamento. E, por fim, o sexto capítulo carregará as considerações finais do trabalho.

2 VEBLEN, AYRES E OS INSTITUCIONALISTAS RADICAIS

A escola institucionalista radical surge durante a década de 1980 nos Estados Unidos como um grupo de pesquisadores dissidente de Clarence Ayres e seus companheiros do *Cactus Branch*, com o intuito de resgatar as interpretações críticas de Thorstein Veblen e o Institucionalismo Original. Portanto, afim de compreender as características que diferenciam os institucionalistas radicais das demais formulações teóricas, devemos realizar uma análise da evolução do pensamento vebleniano. Então, esta seção fará um exame breve sobre os principais pontos do pensamento de Veblen, passando pelo resgate de Clarence Ayres e o *Cactus Branch*, chegando ao contexto que deu origem à dissidência institucionalista radical.

O termo Economia Institucional foi apresentado pela primeira vez por Hamilton (1919), que a compreendeu como a abordagem econômica que oferecia explicações para o comportamento econômico através do estudo da evolução das instituições e hábitos. Porém, segundo Rutherford (1994), foram Thorstein Veblen, juntamente à John Commons e Wesley Mitchell, os pais fundadores do institucionalismo original. Estes autores traziam contrapontos ao que estava sendo produzido pela ciência econômica à época. Veblen (1898) criticava os desdobramentos da abordagem neoclássica, pois a julgava demasiadamente teleológica, o que seria um indício do estágio pré-evolucionária que se encontrava a ciência econômica. O autor então defendia que a economia deveria ser pensada em termos de processos, para que pudesse atingir o estágio de pós evolucionária.

De acordo com Böck e Almeida (2018), Veblen foi um pesquisador crítico do sistema capitalista instaurado na sociedade estadunidense de sua época, contestando a forma com que os interesses pecuniários impunham suas vontades e valores à coletividade. No entanto, ainda acreditava ser possível haver um rearranjo institucional no corpo social que refletisse as necessidades e anseios da ampla maioria, apesar do fortalecimento do interesses das elites no poder. Para Böck e Almeida (2018), apesar de não trazer respostas definitivas para os questionamentos feitos, Veblen confiava na possibilidade da tecnologia enfraquecer os interesses pecuniários em favor dos interesses industriais, modificando a estrutura institucional vigente.

Veblen entendia que o problema da estratificação de classes na sociedade estadunidense do século XIX ia além da exploração do trabalho e imposições coercitivas aplicadas pelas elites, detentoras dos meios de produção e do poder, à classe trabalhadora. Para o autor, havia uma influência quase que irracional que as elites exerciam nas demais pessoas. Essa visão o distanciava dos trabalhos marxistas da época. Veblen trabalha estes conceitos em seu primeiro livro escrito, intitulado *A Teoria da Classe Ociosa*. Veblen (1899) considera que a classe ociosa surge através da diferenciação entre as diversas atividades sociais, em que através de um processo predatório, as classes mais altas relegam todas atividades laboriosas fossem relegadas às classes inferiores. Assim, a classe ocioso colhia os frutos do trabalho enquanto expressavam sua superioridade pecuniária. Para Böck e Almeida (2018), estando no topo da escala social, suas preferências de consumo, maneiras de ser e costumes são emulados pelas classes logo abaixo na escala social. Shipman (2004) apresenta o consumidor conspícuo vebleniano de forma bastante clara ao enfatizar que se trata de um consumidor guiado pela demonstração social da sua capacidade de “gasto” e não “gosto” individualmente estabelecido. Portanto, é na emulação que acabamos encontrando os hábitos de pensamento socialmente compartilhados pela comunidade¹.

Para Veblen (1898), as instituições e os hábitos carregam um grande teor de cerimonialismo consigo. Na perspectiva vebleniana, o cerimonial pode ser entendido como aquilo que é socialmente aceitável e não carrega consigo aspectos tecnológicos relevantes, é aquilo que está no cerne dos costumes que imperam de determinada comunidade (BÖCK & ALMEIDA, 2018). Assim, os costumes cerimonialmente enraizados na sociedade acabam servindo muitas vezes de justificativa para legitimar o posicionamento social da classe ociosa.

Contudo, o foco de Veblen não se manteve somente em criticar o consumo ligado à comportamentos cerimonialmente enraizados na comunidade. Em *The Theory of Business Enterprise* (1906), Veblen muda seu foco à influência da lógica dos negócios na estrutura social. Para o autor, o ponto de vista dos negócios acabava ditando a dinâmica socioeconômica e também condicionando os hábitos de

¹ Hodgson (1998) define o conceito vebleniano de hábito como uma propensão amplamente não deliberativa e largamente automatizada à adoção de um padrão de pensamento ou comportamento. Para Veblen (1909), a conceituação de hábitos e instituições se confundem pois as instituições seriam desdobramentos dos hábitos socialmente compartilhados.

pensamento vigentes. Veblen (1906) acreditava que o ambiente de negócios, ao englobar instituições importantes no corpo social, poderia ser utilizado para em favor dos próprios empresários que atuavam e controlavam os processos industriais. Veblen (1906) também considerava que a maior fonte de ganhos pecuniários correspondia ao controle da estrutura de negócios, e não à esfera produtiva em si, pois somente através dos negócios que tais ganhos se realizavam. O objetivo do autor neste livro era o de compreender como a influência da dinâmica de negócios na estrutura social é também condicionada pela fronteira tecnológica².

De modo geral³, o que Veblen queria entender era como os comportamentos sociais se associavam às mudanças tecnológicas que surgiam na sociedade se relacionavam com os processos de mudança institucional, não só se relacionavam como eram elementos centrais para a análise. No entanto, apesar de apresentar conceitos que são centrais até os dias atuais para os institucionalistas, Veblen não deixou completa uma teoria sobre mudanças institucionais. Também, devido à sua trajetória acadêmica errática, Veblen nunca ocupou um cargo de representatividade acadêmica nas muitas universidades que trabalhou, nunca obteve *tenure* e não formou nenhum PhD (DORFMAN, 1934). Assim, os resultados de suas pesquisas só seriam resgatados décadas mais tarde através de Clarence Ayres.

Dugger e Waller (1996) consideram Clarence Ayres como o principal filósofo do paradigma institucional no período do pós-guerra. Além de se aprofundar no estudo da dicotomia cerimonial-instrumental, conceito que não fora desenvolvido completamente por Veblen, o autor foi o fundador do grupo conhecido como *Cactus Branch*. Em sua visão o foco central do institucionalismo deveria estar em discutir a luta entre o progresso indutor de conhecimento tecnológico e o apego às superstições e tradições do passado.

Na análise de Ayres (1935), a tecnologia representa o instrumentalismo e a principal característica da tecnologia é sua natureza inerentemente progressiva. Em seu entendimento, nós como sociedade havíamos atingido um ponto da produção e

² Para Rutherford (1984), novas facilidades tecnológicas são capazes de modificar os hábitos vigentes e produzir certas maneiras de agir e pensar que podem acarretar novos costumes e posteriormente assumir um formato institucional, institucionalidade esta capaz de influenciar as predisposições futuras a novas configurações tecnológicas.

³ De modo algum o intuito do trabalho é esgotar o pensamento de Thorstein Veblen. Para saber mais, ver Böck e Almeida (2018).

disseminação de conhecimento instrumental, leia-se conhecimento tecnológico, que nos permitiria deixar pra trás nossas heranças culturais baseadas no cerimonialismo. Seria através do conflito entre o progressivo avanço tecnológico e as superstições tradicionais que surgiria o motor do desenvolvimento econômico. O otimismo⁴ de Ayres quanto ao futuro da sociedade industrial pode ser expresso por este trecho:

It is becoming less and less a system of status supported by ancient tradition and belief, and more and more an organizational device for getting things done – that is, for operating the machines by which we live.

That these processes (of technological development and technologization of the social structure) will continue and accelerate is as likely as anything in the realm of human affairs can ever be. (AYRES, 1952)

Para Ayres (1944), a tecnologia não deve ser vista com um certo purismo ou a partir de uma perspectiva individualizada, mas como produto de um processo social. O autor considera que no processo social há uma interação importante entre as ferramentas e conhecimentos técnicos e as instituições existentes. A tecnologia então faria parte de um processo de desenvolvimento social, pois é necessário haver aceitação social das novas tecnologias para que haja uma combinação propícia para a evolução da sociedade. Ayres (1944) conceitua instituições como segmentos de comportamento social predominantemente cerimoniais em caráter. Portanto, para o autor o que inibia os avanços de ordem instrumental da sociedade era a transmissão de comportamentos cerimoniais ao longo do tempo.

De acordo com Ayres (1961), há na sociedade uma coexistência de valores instrumentais e cerimoniais que servem cada qual a determinadas funções, os últimos sendo inibidores dos primeiros. Para o autor, seriam estes valores os fundamentos que motivam a tomada de decisões das pessoas na sociedade. Portanto, o escopo

⁴ O otimismo de Ayres é um contraposto ao pessimismo exacerbado de Veblen. Para Dugger (1996), Veblen estava buscando construir uma teoria dos processos econômicos em que estes processos se baseassem em nada mais que fatos opacos, um conceito de como o processo de mudança cumulativa na estrutura social e em suas funções. No entanto, o autor muitas vezes se mostrava desacreditado quanto à capacidade da sociedade mudar em direção a um destino benevolente. Pessimismo esse expresso em uma de suas citações clássicas, “But history records more frequent and more spectacular instances of the triumph of imbecile institutions over life and culture than of people who have by force of instinctive insight saved themselves alive out of a desperately precarious institutional situation” (VEBLEN, 1964). Ayres, por outro lado, divergia de opinião sobre o assunto, acreditando ser possível que o progresso tecnológico se transformasse em progresso social. Tal ponto de vista pode ser entendido através de uma citação sua, “Surely the species that has found its way from savagery to husbandry, and from husbandry to automation can do better than what Karl Marx called capitalism” (AYRES, 1972).

teórico de Ayres pretende expressar a ordem social como fruto da interrelação entre o cerimonialismo e o instrumentalismo e revelar também como foi trilhado o processo evolutivo dos sistemas de valores vigentes em cada período, colocando que o desenvolvimento econômico se pautava na consolidação de valores instrumentais (BÖCK & ALMEIDA, 2018).

Diferente de Veblen, Ayres foi capaz de transmitir para frente a tradição de pensamento institucionalista. Em conjunto com seus alunos e outros pesquisadores da área foi formado o grupo conhecido como Cactus Branch. A composição do grupo era heterogênea, e nem todos concordavam com as conclusões de Ayres. No entanto, o grupo foi uma fonte importante para a formação de uma nova geração de institucionalistas⁵.

Já nos anos de 1980, um grupo de alunos de Ayres começaram a questionar alguns dos conteúdos trabalhados dentro do Cactus Branch, em especial a ausência de uma leitura mais crítica em relação aos escritos de Veblen. Estes alunos defendiam uma retomada das críticas sociais apresentadas pelo próprio Veblen em relação ao problemas gerados pela organização capitalista da sociedade. De acordo com Böck e Almeida (2018), essa leitura contemporânea da crítica social vebleniana ficou conhecida como Institucionismo Radical.

De acordo com Dugger (1988), o Institucionalismo Radical, assim como o Marxismo, é uma vertente teórica profundamente crítica ao capitalismo industrial. No entanto, a escola de pensamento se afasta do marxismo em alguns pontos, como a teoria do valor-trabalho, mas acaba coincidindo em muitos outros aspectos⁶. Waller (1988) considera que o Institucionalismo Radical corresponde a uma análise crítica do sistema econômico com a intenção de propor um sistema que repouse sobre práticas e estruturas sociais mais democráticas e participativas. Assim, o adjetivo radical no

⁵ Para compreender mais a fundo os trabalhos dos institucionalistas ayresianos, ver Foster (1981), Bush (1983, 1987), Junker (1982, 1983), Hickerson (1983), O'Hara (1997), Rutherford (1981), De Gregori (1977) e Mayhew (1981).

⁶ Dugger e Sherman (1994) realizam um estudo comparativo sobre as duas escolas de pensamento, encontrando muitos pontos coincidentes e complementares entre as vertentes, apesar de profundas diferenças no campo metodológico.

nome da escola acaba sendo necessário para denotar um retorno ao institucionalismo de Veblen, ou Institucionalismo Original⁷.

Contudo, o Institucionalismo Radical não chega a se apresentar como uma quebra com o institucionalismo de Ayres, mas sim uma tentativa de se aprofundar em algumas questões teóricas para fundamentar melhor o entendimento dos novos processos econômicos evidente na sociedade capitalista de seu período. De acordo com Dugger e Waller (1996), as duas escolas se distanciam em questão de interpretação de alguns conceitos, estes seriam: (1) a interpretação da dicotomia cerimonial-instrumental, (2) a resistência cerimonial a ser enfrentada e (3) a mudança no foco dos interesses de pesquisa.

Os institucionalistas radicais buscam se afastar da interpretação otimista da perspectiva ayresiana em relação ao progresso inevitável da tecnologia. Estes voltaram-se ao realismo da visão de Veblen para esclarecer algumas conclusões sobre a dicotomia cerimonial-instrumental⁸. Para Dugger e Waller (1996), estava construindo, através de sua análise da dicotomia cerimonial-instrumental, categorias analíticas que pudessem avaliar alegações de ações eficazes. Enquanto decisões estivessem sendo tomadas a partir de “fatos opacos”, Veblen as via como um modo correto de enxergar a eficácia das ações. Mas, enquanto as decisões estivessem sendo legitimadas pela tradição, o apelo ao mito, e o exercício de poder e autoridade, Veblen via como bases ruins de se avaliar a eficácia de tais ações (DUGGER & WALLER, 1996).

Então, ao resgatar leituras críticas dos escritos de Veblen, os institucionalistas radicais apresentam a ideia de que a dicotomia deve ser entendida como um esquema de categorização analítica. E este instrumento analítico deve ser usado pelos pesquisadores para avaliar a origem e função de determinados tipos de conhecimento e comportamentos sociais. Para Dugger e Waller (1996), o problema da perspectiva ayersiana é que a dicotomia cerimonial-instrumental se tornou simultaneamente uma

⁷ Dugger (1988) aponta que o Institucionalismo Radical é o retorno ao institucionalismo de Thorstein Veblen, contudo nos relembra que os trabalhos de John Commons também são importantes para o desenvolvimento da releitura contemporânea que Dugger e os demais institucionalistas radicais estão se propondo a fazer.

⁸ Já dissemos anteriormente a visão profundamente pessimista de Veblen em relação à mudança dos processos sociais, mas o autor não acreditava que tais mudanças fossem impossíveis de acontecer, apenas que eram improváveis. Para Dugger e Waller (1996), Veblen não via nada como inevitável sobre o progresso da história, ainda por cima, para o autor, não havia nada de inevitável na contínua expansão do conhecimento instrumental às custas do conhecimento cerimonial.

perspectiva metodológica de análise, um princípio de valor, uma teoria geral sobre o caráter do progresso social e, também, uma posição epistemológica. Para os institucionalistas radicais, a distinção entre o conhecimento instrumental e cerimonial depende da maneira como o pesquisador caracteriza os tipos de conhecimento em determinados contextos. As conclusões obtidas através da análise em um determinado contexto sociocultural não pode ser transferida ou generalizada para os demais.

Os radicais também tendem a discordar da perspectiva ayresiana no tocante à resistência apresentada pelas elites frente os avanços apresentados por concepções mais desenvolvidas de conhecimento instrumental. Dugger (1989) considera que a resistência se deve muito mais à questões referentes a relações de poder disseminadas no corpo social do que às tradições e superstições do passado. A resistência mais efetiva é representada pelos interesses velados do presente, pois há na sociedade estratos da elite que se beneficiam da racionalizações que dão legitimidade à exploração de classes, discriminação racial e de gênero, além de comportamentos predatórios. Para Dugger e Waller (1996), controlar o conhecimento é uma questão de poder, pois o conhecimento fundamentado no cerimonialismo serve àqueles que estão no poder enquanto o conhecimento instrumental serve à qualquer um que adquiri-lo. Isso será abordado com mais profundidade nas seções seguintes.

Já a mudança nos interesses de pesquisa foi uma decorrência da turbulência política e social do período em que escreviam. Os autores institucionalistas radicais viviam em período de grandes conturbações sociais nos Estados Unidos. A ascensão dos movimentos de reivindicação dos direitos civis, a libertação das mulheres, os protestos antiguerras, os movimentos ambientalistas, todos contribuíram para a consciência de havia mais problemas do que antecessores previam. Agora, além dos problemas mais íntimos à ciência econômica (como desemprego, inflação, pobreza, instabilidade internacional, etc), questão como o racismo, sexismo, guerras, degradação ambiental, patologias do consumismo e a hegemonia do capitalismo em estágio tardio deveriam ser a ênfase dos estudos institucionalistas radicais.

Para Dugger e Waller (1996), a visão institucionalista radical compreende a ordem social contemporânea como resultado de séculos de deriva cultural, e apesar do progresso tecnológico ter se mostrado componente relevante do processo de evolução social, tais avanços ainda estavam correlacionados com instituições

fundamentalmente antidemocráticas. Essa consciência reforça a convicção dos institucionalistas radicais de que o problema não é a falta de tecnologia para melhorar a produtividade econômica mas sim a ausência de processos democráticos que viabilizem o enfrentamento dos diversos problemas sociais incipientes no mundo moderno. Tool (1979), percebendo que a ordem social contemporânea é bastante antidemocrática, coloca que o foco de pesquisa deve estar em ajudar a desmascarar e desconstruir os centros de poder que dão sustentação à esse sistema de exploração.

Resumidamente, os institucionalistas radicais podem ser considerados como uma abordagem para a Economia Institucional que retorna à uma leitura crítica dos escritos de Veblen afim de estender a análise para o mundo contemporâneo⁹. No entanto, os institucionalistas radicais não queriam se manter apenas à uma releitura de Veblen, mas construir as fundações para uma nova abordagem paradigmática que desse conta de englobar novas questões sociais que surgissem ao longo do caminho. Ao mesmo tempo que pudessem se manter abertos à contribuições de outras escolas de pensamento heterodoxas, como os Marxismo, o Pós-Keynesianismo, o pensamento feminista e a Economia Ambiental.

⁹ Para Dugger (1988), apesar dos institucionalistas radicais divergirem da visão ayresiana em relação à teoria da evolução social, Ayres ainda é visto como um brilhante economista na tradição da Economia Institucional. No entanto, sua crença na inevitabilidade do progresso e sua teoria do progresso econômico tornasse a leitura incompatível com os objetivos do Institucionalismo Radical.

3 QUESTÕES METODOLÓGICAS

Ao longo da literatura institucionalista radical é fácil encontrar trechos dedicados a criticar a teoria neoclássica e as demais abordagens convencionais. Assim, insatisfeitos com o desenvolvimento da teoria econômica moderna, estes autores buscaram se distanciar de tais abordagens por considera-las inadequadas metodologicamente. No entanto, pouco tempo é dedicado para conceituar as características dessas “abordagens convencionais”. Em geral, quando o termo convencional é utilizado os autores estão se referindo à teoria neoclássica. Mas não é apenas dos neoclássicos que os institucionalistas radicais discordam. Portanto, para construir uma melhor compreensão do método institucionalista radical é importante discutir também quais as diferenças entre as abordagens. Esta seção estará dividida em duas partes. Na primeira parte, discutiremos o que caracteriza a teoria neoclássica e a relevância do termo nos dias de hoje. Já na segunda parte, discutiremos as críticas feitas às abordagens convencionais e a metodologia institucionalista radical.

Classificar uma escola de pensamento não é uma tarefa simples. Historiadores do pensamento econômico normalmente costumam montar terminologias para as escolas de pensamento a fim de diferencia-las. No entanto, uma caracterização feita com descuido pode agravar nosso entendimento sobre o assunto, ao invés de trazer esclarecimentos. Além disso, para os autores que se consideram mais críticos, não usar uma boa classificação dos termos pode induzi-los à uma visão distorcida do objeto de estudo.

Para Dequech (2007) uma definição ampla da economia neoclássica seria o grupo de autores descendentes da tradição marginalista que surgiram por volta de 1870 na academia e compartilhavam um conjunto de características. De acordo com o autor, as características giram em torno da ênfase na racionalidade e o uso da maximização de utilidade como critério dessa racionalidade; a ênfase em estados de equilíbrio; e, por fim, a rejeição de fortes tipos de incerteza, devido às hipóteses de perfeita informação. No entanto, apesar de existirem várias tendências a seguir alguns destes pressupostos de maneira mais forte ou fraca em autores mais contemporâneos, é difícil afirmar que estes são neoclássicos dentro da definição

exposta acima. O que convencionamos a chamar de neoclássico mudou ao longo do tempo.

Ao classificarmos a teoria econômica moderna como neoclássica deixamos de lado aspectos importantes sobre as questões de história e método. Veblen (1900) cunha o termo neoclássico para descrever a teoria econômica de Alfred Marshall, que considerava ser uma espécie de síntese do marginalismo encontrado em Menger e Jevons junto à abordagem de temas considerados clássicos de trabalhos de Smith, Ricardo e John Stuart Mill. Hicks (1932) e Stigler (1941) expandiram o significado do termo cunhado por Veblen para englobar todos os autores marginalistas. Ao invés de descrever aspectos da economia marshalliana o termo passou a ser associado ao uso do cálculo, da teoria da produtividade marginal e o foco na análise dos preços relativos. Backhouse (1985) defende que devem ser considerados como neoclássicos autores que compartilhavam de um programa de pesquisas neoclássicos durante um período que se estendeu de 1890 até 1939. No entanto, ao final deste período a escola de pensamento, se é que podemos chama-la assim, não desapareceu. Blaug (1998) considera que a vertente neoclássica se transformou radicalmente nas décadas de 1940 e 1950 que alguém deveria inventar um rótulo inteiramente novo para a economia ortodoxa do pós-guerra.

Colander (2010) argumenta que os economistas criaram o hábito de considerar a teoria econômica moderna, trabalhada na fronteira acadêmica, de neoclássica, muitas vezes procurar contrastar a oposição entre o mainstream e a heterodoxia. Colaborando com esta opinião, Dequech (2007) defende que o mainstream consiste no conjunto de ideias compartilhado entre indivíduos que dominam as principais instituições acadêmicas, organizações e periódicos em um determinado momento, especialmente as principais instituições de pesquisa de pós-graduação. Portanto, o conceito de mainstream acabava ultrapassando as determinações da teoria neoclássica como postulada anteriormente.

Por estas razões é complicado utilizar o termo neoclássico para denominar a teórica econômica moderna, uma vez que certas hipóteses foram relaxadas no processo. O argumento de Colander (2010) se baseia na ideia de que o pensamento neoclássico se transfigurou ao longo do tempo, não significa dizer que deixou de existir ou influenciar nas pautas de discussão, mas que o sucesso na profissão não depende mais na utilização de todos os pressupostos anteriores. Mesmo assim, continua

havendo um conjunto de características que guiam a teoria moderna. Possas (1997), em seu texto *A Cheia do Mainstream*, comenta sobre esta tendência da teoria econômica em se afastar dos pressupostos mais fortes da economia neoclássica e alargar suas fronteiras:

Só como exemplos: o economista industrial precisa estudar teoria dos jogos exaustivamente, mesmo sabendo que as estratégias empresariais do mundo real são em geral formuladas em condições bem mais complexas; o macroeconomista adepto de Keynes precisa voltar a explicar por que não faz sentido uma curva de oferta de trabalho e por que o desemprego não é uma “market failure” devida à rigidez dos salários nominais; e, quando constrói um modelo de investimento ou de preços, precisa justificar-se por não assumir expectativas racionais — quais, então, os seus “microfundamentos”? —, além de insistir pela enésima vez na diferença entre incerteza e risco e no pressuposto crucial — que deveria ser compulsório para uma ciência econômica digna desse status, que ela tanto almeja — de que o mundo econômico é não-ergódico e não-estacionário; o economista que trabalha com crescimento e dinâmica precisa justificar-se de não pressupor otimização e equilíbrio a longo prazo, ou ainda equilíbrio geral competitivo, como nos modelos “modernos” de crescimento com progresso técnico “endógeno” e rendimentos crescentes; quem não pressupõe equilíbrio permanente como norma tanto dos mercados como dos agentes racionais precisa de muita argumentação para não ser sumariamente desqualificado; e o pobre economista institucionalista precisa justificar-se exaustivamente, quando não se desculpar, por não fazer modelos (às vezes até faz) e ainda assim pretender o reconhecimento dos colegas mais “científicos”. (POSSAS, 1997)

Partindo das considerações de Dequech (2007), desde a década de 1990 até os dias atuais o mainstream econômico vem demonstrando uma maior aceitação em relação à outras abordagens. Como é o caso da Economia Comportamental e os desenvolvimentos modernos da Teoria dos Jogos. A Nova Escola Institucional também é um exemplo deste fenômeno, autores como Douglas North e Oliver Williamson chegaram a conquistar o prestígio da academia com suas críticas à maximização da utilidade. Porém, a transfiguração das hipóteses neoclássicas não deve ser perdida de vista frente à este relativo aumento de diversidade. Davis (2006) afirma que o ensino do neoclassicismo continua firmemente embebido na instrução dos alunos de ciências econômicas.

É importante então pontuar quais são as principais diferenças metodológicas do Institucionalismo Radical para com as abordagens do mainstream econômico. Lembrando que o mainstream atual é bastante eclético e as vertentes não precisam preencher todos os atributos que colocaremos aqui. Os atributos foram caracterizados por Colander (2010) e são os seguintes: a) o foco na alocação de recursos escassos seja em um determinado período do tempo ou ao longo do tempo; b) a suposição da racionalidade, seja ela racionalidade limitada ou racionalidade adquirida através da teoria dos jogos; c) individualismo metodológico; e, d) tendências ao equilíbrio.

Para os institucionalistas radicais a questão da alocação dos recursos é abordada sob um outro distinto do mainstream, pois as vontades humanas e os recursos disponíveis também são objetos de análise, e não somente considerados como dados a posteriori. Isso significa dizer que tanto as vontades individuais quanto a tecnologia mudam ao longo do tempo, portanto esta relação entre os dois vai alterar tanto a decisão de que produzir como a de quais recursos utilizar no processo. Para Stanfield (1995) essas mudanças são endógenas à estrutura social, pois os sistemas sociais humanos são fundamentalmente sistemas de hábitos e relações de poder. A problemática institucional é examinar o processo social pelo qual ocorrem tais mudanças em relação às vontades e recursos disponíveis se relaciona com as atividades produtivas na economia. Assim, tanto as vontades podem mudar como a tecnologia também pode mudar, há a possibilidade de se redefinir qual serão os recursos para se alocar de acordo com novas vontades constituídas.

Dugger e Sherman (1994) pensam que a relação entre a tecnologia e as ideias é um dos motores da inovação na sociedade, a tecnologia sendo a maneira como pensamos as coisas e as ideias como pensamos sobre o que fazemos. Os autores apresentam dois exemplos desta relação. Durante a Revolução Industrial, novas tecnologias foram desenvolvidas permitindo a ascensão do sistema fabril. Por sua vez, as mudanças no paradigma tecnológico permitiu que o surgimento de novas maneiras de compreender nós mesmos e o mundo à nossa volta. A relação entre tecnologia tornou possível a transformação do sistema de produção feudal para um novo modo de produção capitalista, que em si era mais dinâmico que o anterior. Por um lado, a tecnologia sim foi o motor da transformação história vivida pela sociedade. Mas, por outro, só é possível compreender a tecnologia através das ideias que construímos a partir do nosso entendimento do mundo. Da mesma forma, que na atual fase do

capitalismo avançado, grandes corporações investem tanto para pesquisadores desenvolverem novos produtos e novas formas de produzi-los. Gerando novas necessidades a partir das inovações. Portanto, na visão institucionalista radical não se enfatiza o estudo da alocação de recursos escassos, seja em um determinado período ou ao longo do tempo.

Os institucionalistas se opõe à questão da racionalidade como um pressuposto de decisão dos agentes por considera-la inadequada sociologicamente, apesar de existirem diferentes abordagens institucionais. No entanto, pode-se argumentar que o problema da racionalidade dentro do mainstream econômico já foi resolvido há algum tempo pela aceitação das hipóteses de incerteza e informação imperfeita. E, de fato, houve um aprofundamento das análises de estratégia organizacional industrial e das firmas, abrindo espaço para um maior realismo para teoria microeconômica. Porém, estas hipóteses não foram negadas por completo, mas sim, flexibilizadas para que não comprometessem os pilares metodológicos da maximização e equilíbrio. Para Possas (1997) ao tornar mais fracas as hipóteses da incerteza e informação perfeita, a teoria microeconômica pode incorporar funções-objetivo estocásticas de decisão dos agentes sem se preocupar se estas podem ser maximizadas ou se probabilidades podem ser calculadas. Assim, é sempre importante ressaltar qual é a questão trabalhada pelo Institucionalismo Radical.

O problema não é em si a incerteza ou a informação imperfeita, mas que nossa racionalidade individual está sempre condicionada aos mecanismos de socialização dispersos na estrutura institucional da sociedade. Bush (1987) define a sociedade como um conjunto de sistemas institucionais, que por sua vez podem ser entendidos por um agrupamento de diferentes instituições. Para o autor, uma instituição é definida como um conjunto de padrões de comportamento socialmente prescritos. E é através de um processo de formação de hábitos que estes comportamentos sociais são internalizados pelos membros de uma comunidade. Esse processo de formação de hábitos pode ser realizado de modo consciente mas em geral costuma ocorrer inconscientemente de acordo com o funcionamento das instituições. E é essa habituação inconsciente que muitas vezes dá origem ao que pode ser considerado como comportamentos “tradicionais”. De acordo com Dugger (1988), o papel dos institucionalistas radicais é atacar o conceito de racionalidade humana exacerbada e se propor à explicar a maneira real como as pessoas pensam e os valores reais em

que passam a acreditar, já que o pensamento e esses valores determinam e são determinados por seu comportamento econômico.

Já em relação ao critério do individualismo metodológico os autores institucionalistas radicais também se colocam bastante críticos à esse princípio. Sabemos que o conceito do individualismo metodológico pode ser trabalhado com diferentes interpretações mas iremos abordar o tema de modo mais geral para evitar prolongar a discussão. De acordo com Hofmann e Pelaez (2011), individualismo metodológico defende há uma separação e a uma oposição entre o indivíduo e o seu meio socioinstitucional, uma oposição entre o individual e o coletivo, o primeiro enquanto parte e o último enquanto todo. Supõe-se pensar os processos econômicos partindo do ponto de visto do indivíduo como unidades básicas. Possas (1990) considera que tal abordagem torna as pessoas invólucros sem conteúdo, simples instrumentos da prevalência das regras de racionalidade atribuídas à concorrência. Portanto, através dessa visão reducionista não se dá a devida atenção aos motivadores e condicionantes de tal individualidade mas simplesmente se incorporam tais aspectos em uma linha de raciocínio hipotética dedutiva.

Dugger e Sherman (1994) consideram que o Institucionalismo Radical como uma ciência cultural, pois busca-se entender a maneira com que as diversas esferas sociais se relacionam e influenciam os processos econômicos. E, por esta razão, defendem que o coletivismo metodológico é o modo mais coerente de se conduzir a pesquisa social. De acordo com o coletivismo metodológico não se pode analisar o indivíduo sem levar em conta a sociedade que o cerca, pois a cultura é parte integral da formação das pessoas. Seria absurdo considerar que as vontades pessoais, suas opiniões, até mesmo suas preferências, surgissem a partir de um vácuo institucional. Como se nós nos materializássemos no ar sem qualquer aviso ao nascer e sumíssemos no momento da morte sem deixar quaisquer vestígios. Mas a realidade se coloca de outra forma. Somos formados por redes de interações e comportamento que nos ligam às outras pessoas. Compartilhamos experiências e vivências. Absorvemos tudo que nos foi passado e passamos adiante aquilo que conseguimos aprender durante um período de tempo. Pois viver em um certo contexto acaba influenciando como enxergamos e reagimos aos fatos a nossa frente, criando padrões de comportamento intimamente ligados à cultura.

Contudo, a defesa do coletivismo metodológico não julga a relação entre os indivíduos e as estruturas sociais como determinísticas, relegando as análises à o estudo de condicionantes de comportamento. Em seus estudos sobre sistemas biológicos organizados hierarquicamente Campbell (1974) argumenta que todos os processos em um nível ontologicamente menor de hierarquia são restringidos e atuam em conformidade com os níveis hierárquicos mais elevados. Ou seja, caso haja propriedades sistêmicas atuando sobre a população, os indivíduos irão agir de acordo com o sistema em que estão inseridos. No caso, há uma relações de causalidade clara entre a estrutura e o indivíduo.

A abordagem institucionalista radical em relação ao coletivismo metodológico vai divergir desta visão mais determinista. Dugger e Sherman (1994) consideram que a própria cultura está em movimento, continuamente mudando através de ações e inações individuais e coletivas. Hodgson (2003) argumenta que instituições são estruturas sociais capazes de causar uma causação descendente reconstitutiva, agindo sobre hábitos enraizados de pensamento e ação. As contenções socioeconômicas não apenas criam produtos e percepções, mas também criam e recriam os indivíduos. Waller (1988) defende que a capacidade de alterar padrões culturais de comportamento, e conseqüentemente estruturas sociais, é uma das características do Institucionalismo Radical.

Assim, resta explicar a rejeição das tendências ao equilíbrio da economia. Nos trabalhos de Dequech (2007) e Colander (2010) apresenta-se a questão da evolução da teoria econômica e da transfiguração da economia neoclássica com o passar dos anos, afastando-se das hipóteses de equilíbrio geral de Nash estudadas pela microeconomia convencional. Porém apesar destes desenvolvimentos há os que consideram que as novas considerações teóricas não são contraditórias com os princípios mais forte do neoclassicismo. Possas (1997) argumenta que apesar dos esforços dos autores do mainstream em flexibilizar as hipóteses cercando a tendência ao equilíbrio na economia, considerando complexidades informacionais e indivíduos dotados de racionalidade limitada, apenas a ideia de equilíbrio geral de Nash pelo equilíbrio Bayesiano. Preservando os pilares metodológicos da ortodoxia.

No entanto, a rejeição das tendências ao equilíbrio pelo Institucionalismo se dá por se considerar a economia como um processo dinâmico e não um estado de equilíbrio. A ciência econômica é entendida como o estudo de como as vontades e

recursos são produtos de processos sociais. Gruchy (1987) enfatiza que os institucionalistas construíram um paradigma processual que se dirige a uma explicação do comportamento humano em sistemas econômicos embutidos em circunstâncias culturais reais. Tais processos não necessariamente se desenvolveram em alguma direção já determinada. As mudanças impostas a econômica então não teriam qualquer tendência de se dirigir à um estado de equilíbrio pois as circunstâncias podem ou não resultar em um resultado benéfico para a sociedade. Veblen (1919) defendia o conceito de um processo cumulativo de mudança na estrutura social e suas funções. Para o autor, a teoria do processo econômico era essencialmente uma sequência cumulativa de causação de fatos opacos e não teleológicos.

Partindo da visão de Stanfield (1995), os institucionalistas insistem que um exame teórico e empírico dos processos sociais e culturais é necessário para a compreensão das atividades econômicas de qualquer grupo humano. Portanto, ao invés de depender da ênfase em testar generalizações hipotético-dedutivas, o IR passa a confiar no método comparativo. Tal método foi desenvolvido por antropólogos para coletar informações e buscar generalizações sobre atividades de grupos humanos (STANFIELD, 1986). Contudo, esta mudança de ênfase não significa um menosprezo pelos métodos quantitativos e técnicas econométricas, tais ferramentas são vistas com bons olhos pelos institucionalistas radicais. A preocupação destes pesquisadores é o foco excessivo na construção de modelos para o funcionamento do mundo, especialmente aqueles que se assentam em bases teóricas que desconsideram a natureza histórica e cultural do objeto de estudo.

Dugger (1996) considera que no campo da epistemologia os institucionalistas radicais podem ser considerados realistas, muito devido à tradição pragmática que a escola possui. Essa visão também é corroborada por Waller e Jennings (1990) que rejeitam a concepção cartesiana de ciência representada pela abordagem dualista entre objetividade e subjetividade, aproximando o Institucinoalismo Radical do raciocínio ético dialético. O pensamento cartesiano considera um aspecto dualista do mundo, colocando uma divisão da realidade social entre categorias duais. São exemplos dessas categorias as definições entre o objetivo e subjetivo, dinâmico e estático, indivíduo e estado, positivo e normativo. Para Dugger e Waller (1996), na prática o dualismo entre positivo e normativo supõe que o aspecto positivo serve para avaliar os meios, enquanto o normativo avalia os fins. No entanto, para o paradigma

institucional isto não é uma questão que pese tanto pois os pesquisadores, assim como toda a sociedade, nunca é isenta de valores. Cochran (1974) considera o próprio campo das ciências econômicas como uma ciência moral.

Para Waller e Jennings (1990), a implicação de se rejeitar o dualismo do pensamento cartesiano é reconhecimento de que todo o conhecimento do mundo é construído por humanos que vivem em sociedades em curso, e que seu conhecimento é desenvolvido socialmente. Não se trata de dizer que não há uma realidade separada da percepção humana, mas que as maneiras de se produzir e compreender mecanismos intelectuais são socialmente formadas. Isso suporta o princípio institucionalista de sempre começar a análise observando os processos culturais, ao invés de fazer o uso do individualismo metodológico. A compartimentalização de significados, valores e comportamentos culturais deve, portanto, ser vista pelos institucionalistas como artificialmente impostos por limites em nossa compreensão da interrelação da vida social (WALLER & JENNINGS, 1990).

E por que utilizada o adjetivo radical para classificar a escola de pensamento? Bom, há dois modos de enxergar a pergunta. O primeiro se refere à um resgate das características críticas sociais marcantes dos escritos de Thorstein Veblen, uma vez a absorção da teoria vebleniana esterilizou algumas destas críticas. Assim, o nome Institucionalismo Radical é em si redundante, porém, necessário para resgatar as implicações críticas da escola de pensamento. A segunda maneira de responder à pergunta se relaciona com o papel de se praticar o radicalismo na ciência econômica. Pois é fácil perder o conteúdo mais crítico e independente ao ser confrontado com o rigor da produção acadêmica. Portanto, o radicalismo na ciência econômica é expresso através de autores que desenvolvem uma postura crítica em relação ao processo econômico e, além disso, assumem uma postura subversiva frente a suas orientações de pesquisa e ao status quo da sociedade. Em outras palavras, deve-se concentrar os esforços em analisar as características fundamentais do sistema econômico de uma maneira a desafiar as configurações institucionais e ideológicas que estruturam os sistemas sociais. Além disso, ao desconstruir conceitos e ideias enraizadas no pensamento habitual também é necessário propor saídas e soluções para as questões latentes em nossa sociedade.

Portanto, assim como a Escola Institucional como um todo, o Institucionalismo Radical reivindica uma perspectiva evolucionista para o estudo do capitalismo

enquanto atribui às instituições o protagonismo nos processos de conservação e mudanças econômicas (GUEDES, 2013). Myrdal (1978) propunha que uma abordagem holística e histórica do material empírico referente às instituições socioeconômicas. Para tanto, é necessário haver um alto grau de interdisciplinaridade para compreender as complexidades dos processos sociais, atribuindo um papel fundamental à outras áreas como a Ciência Política, Sociologia, Psicologia e Antropologia.

4 AS RELAÇÕES DE PODER E A HEGEMONIA INSTITUCIONAL

Nas seções anteriores trabalhamos com algumas caracterizações importantes para o entendimento da escola, tais como, a evolução do pensamento vebleniano e suas características metodológicas. Os institucionalistas radicais se afastam das abordagens convencionais por discordâncias em relação à método, escopo e significância. Quanto à Ayres, a escola busca se distanciar de sua visão de resistência cerimonial. E, por fim, ao resgatarem a leitura crítica de Veblen, os institucionalistas radicais também avançam na necessidade de se dar mais ênfase às ações práticas contra o cerimonialismo¹⁰.

O período do pós-guerra foi caracterizado por intensas transformações tecnológicas e sociais. Ao longo de duas décadas houve um período de forte otimismo em relação à continuação da estabilidade econômica e social no Ocidente. Tal período ficou conhecido como os anos dourados do capitalismo, ou também, o auge do keynesianismo na economia. Arranjos institucionais como o acordo de Bretton Woods e a criação do Estado de bem-estar social eram vistos como garantias da estabilidade capitalista frente o contexto da Guerra Fria. Contudo, as duas crises do petróleo e a retomada do pensamento conservador nos Estados Unidos e na Europa, representados pelos governos de Reagan e Thatcher, colocaram em dúvida a suposta estabilidade do sistema econômico.

Para Brown (1985), o sucesso político do governo de Reagan nos Estados Unidos pode ser atribuído à sua capacidade de mobilizar as classes trabalhadoras para defender os interesses das grandes corporações. Os problemas associados ao declínio do período pós-guerra foram usados para se defender a hipótese de que os interesses dessas grandes empresas eram os mesmos dos trabalhadores. Para os institucionalistas radicais, essa inflexão política consolidou as bases para um período de predomínio da hegemonia corporativa na sociedade estadunidense.

¹⁰ A crítica feita pelos institucionalistas radicais é que Veblen, apesar de ter feito contribuições brilhantes para compreensão das bases predatórias da sociedade estadunidense, não propôs planos de ação ou se comprometeu com a organização social. "Particularly for Veblen, his world was one of despair, where progressives had to act even in the face of failure. In Veblen's world, the Marxists are wrong about the flow of history, but if so, their error gives them strenght, a strenght to act, a strenght that Veblen really did not posess, for he proposed almost no plans for action." (DUGGER, 1988)

Por cerca de duas décadas se manteve a visão ayresiana de que o avanço da educação aliada ao desenvolvimento tecnológico resultariam em progresso social foi sustentada através do contexto socioeconômico. No entanto, a inflexão política apresentada na década de 1980 colocou em cheque a possibilidade de que as quebras em relação ao cerimonialismo poderiam ocorrer de maneira harmônica de acordo com o processo de desenvolvimento econômico¹¹. A partir deste contexto se tornou evidente aos institucionalistas radicais a necessidade de ter instrumentos teóricos e analíticos que dessem conta de compreender as estruturas e relações de poder no interior da sociedade.

Dugger e Sherman (1994) apontam que as relações mais importantes em uma sociedade são as relações de poder desta. No entanto, o tipo de poder que os institucionalistas radicais estão se referindo não é necessariamente uma forma explícita de coerção, apesar de haver a possibilidade do poder tomar este formato à depender da situação. Os autores procuram compreender como funcionam as relações de poder em uma sociedade que permite grupos sociais apresentarem relação de dominância frente aos outros. Essa relação de dominância surge a partir do modo como somos socializados. Pois é através do processo de socialização que é internalizado um conjunto de mitos sociais que acaba dando sustentação à relação de dominância entre classes. Tais mitos sociais, ao serem naturalizados, permitem que grupos sociais em situação mais fragilizada percam de vista seus próprios interesses tornando-os suscetíveis aos interesses alheios. Desse modo, é importante reconhecer as relações de poder que sustentam a existência desses mitos¹². Assim, estudar a questão do poder significa entender que:

Power relationships are relationships of domination that allow one person or group to implement new technologies and to reap benefits of doing so at the cost of whomever. Power relationships make it possible to defend existing rights (including, but not restricted to, property rights) and to create and

¹¹ O pessimismo de Veblen é compreensível em relação ao otimismo de Ayres. Veblen viveu para ver as grandes potências imperialistas se gloriarem nos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial, e alguns anos mais tarde, assistir ao colapso da economia capitalista na Crise de 1929. Ayres viveu no período do pós-guerra, os anos dourados do capitalismo, é claro que teria uma visão mais otimista do mundo, pois por algumas décadas foi possível manter uma relativa estabilidade a avanço das forças progressivas na sociedade. Contudo, como seria possível se manter otimista durante a década de 1980. O mundo à beira da destruição nuclear, degradação ambiental nunca antes vista, e os retrocessos sociais vividos nas décadas de 1970 e 1980, abalaram a crença do progresso tecnológico autônomo.

¹² Dugger e Sherman (1994) também afirmam que o foco principal de Thorstein Veblen era o de entender as relações de poder e os mitos que as validavam.

acquire new rights. Power relationships determine whose rights count and whose voice is heard. They also determine whose rights do not count and whose voice is not heard. Power relationships come before property and before income because power relationships determine both. Power is prior. It is foundational. (DUGGER & SHERMAN, 1994)

Dugger (1980) considera que o poder significa a capacidade de fazer com que os outros façam o que você quer que eles façam, com algum grau de certeza de que irão fazê-lo e que as questões sobre o poder e a individualidade estão intimamente relacionadas, pois não se pode compreender um sem o outro. Para o autor, o poder não deriva de uma estrutura, sequer de uma pessoa, mas através da estrutura institucional de determinada sociedade.

Desse modo, por mais que existam pessoas consideravelmente influentes na sociedade, estas não são a fonte do poder. Essas pessoas apenas desempenham funções dentro da estrutura institucional. E o fato de terem chegado em determinados cargos não é uma expressão de suas individualidades mas de um processo de aprendizado institucional necessário para que exercesse tal posição¹³. O autor apresenta a problemática da seguinte maneira:

Twentieth-century Americans, usually, submit to power voluntarily. Individuals often do not even consider their behavior as submissive. Rather, they “choose” to do what is expected of them. They do not even notice power. Instead, they consider themselves as free, exercising individual initiative. (DUGGER, 1980)

Dugger (1980) coloca que a estrutura institucional nada mais é do que a rede de instituições, que se relacionam umas com as outras, que formam uma determinada sociedade. O autor defende que uma instituição pode ser compreendida como duas coisas. Primeiro, uma instituição é um padrão organizado de papéis, frequentemente aplicado com sanções positivas e negativas. Segundo, uma instituição é compreendida como um conjunto de hábitos padronizados de pensamento aprendidos pelos indivíduos que desempenham esses papéis. Através destes estímulos comportamentais as pessoas são estimuladas a adequar-se aos hábitos e padrões de pensamento instituídos. As instituições, como estes padrões de pensamento, estão agrupadas ao redor de algumas funções gerais. E todo agrupamento funcional se

¹³ Dugger (1980) considera que a ilusão da autonomia e escolha individual torna muito difícil de se enxergar tais relações de poder e analisa-las.

relaciona com o agrupamento institucional dominante. De grosso modo, o que Dugger quer dizer com tudo isso é que há no interior da estrutura social um conjunto de instituições que acaba se tornando dominante em relação às demais. Considerando o modo como se organiza a economia, podemos entender que em nossa sociedade há uma predominância das instituições econômicas.

Ao compreender a modo como as relações de poder estão intimamente ligadas às instituições econômicas, os institucionalistas radicais passam a se questionar sobre a hegemonia das grandes corporações na sociedade. Dugger (1980) aponta para evidências de que há graves distorções nos processos institucionais de nosso tempo, o que o autor denomina de *Era do Capital Corporativo*. O que os institucionalistas radicais argumentam é que as relações de poder estruturam a sociedade de modo a proteger os interesses dos grupos que ocupam posições altas na hierarquia social. E são estas relações de poder associadas ao prestígio social que geram legitimidade para o governo destas elites. Mills (1956) e Brady (1943) afirmam que a combinação de status e poder é a fonte de legitimidade para que elites econômicas se manterem enclausuradas em suas estruturas de privilégio.

Dugger (1980) considera que há vários mecanismos sociais que simplesmente operam de tal forma a se tornarem instrumentos de hegemonia, meios de poder corporativo e, em última análise, o cimento social que mantém o edifício unido. Tais mecanismos sociais são a sub-repção, a contaminação, a emulação e a mistificação¹⁴.

A sub-repção é um termo originalmente cunhado no campo do Direito, seria o uso de um termo para denominar a representação injusta ou ilícita através da supressão ou ocultação fraudulenta dos fatos. Para os institucionalistas radicais, a sub-repção é o processo pelo qual a função desempenhada por um agrupamento de instituições se torna os meios para realização das funções de um outro grupo de instituições (DUGGER, 1980). Em outras palavras, é o processo pelo qual os fins de uma instituição se tornam os meios para satisfazer os fins das instituições que a dominam. Veblen (1918), em seu livro *Higher Learning in America*, discorre sobre a influência que a classe de empresários da época exercia sobre o ensino trabalhado nas universidades estadunidenses. Para o autor, o fato da administração destas

¹⁴ Estes mecanismos sociais também podem ser considerados como parte da superestrutura, caso se deseje aproximar-se da abordagem marxista. No entanto, o termo não é tão importante para o trabalho.

instituições estar sendo feita por conta de homens ligados à esfera dos negócios acabavam distorcendo o modo como o conhecimento estaria sendo construído. Pois, o conhecimento científico, tão caro às universidades, estava sendo substituído por conhecimento técnico relativo aquilo que era necessário e demandado pelas corporações (VEBLEN, 1918).

A contaminação ocorre quando os motivos pelos quais servem as funções de uma determinada instituição acabam sendo influenciados pela lógica de uma outra instituição. Isso ocorre quando representantes de tais instituições abandonam os princípios que deveriam nortear o funcionamento da instituição para perseguir outros princípios. Dugger (1980) explica a dinâmica deste mecanismo social através da contaminação de instituições religiosas por interesses pecuniários nos Estados Unidos. Para o autor, quando os princípios e valores de uma religião passam a ser menos relevantes do que o acúmulo de riquezas e obtenção de status social, se torna evidente que a instituição foi contaminada por valores alheios à sua origem. O mesmo pode ser aplicado à outros papéis institucionais. Dugger sugere há contaminação quando instituições originalmente distintas passam a operar a partir de uma mesma função:

The same applies to people in other institutional roles. "Vote for John Doe and put sound business practices to work in city government." "This university should be run according to sound business principles." "What this family needs is a business manager!" (DUGGER, 1980)

No capitalismo corporativo, este mecanismo social acaba se tornando bastante recorrente. Apesar de parecer intuitivo que a política, a educação, ou até mesmo a família, não serem instituições que devam seguir a lógica dos negócios, é uma ideia que tem se tornado enraizada nas sociedades capitalistas. A disseminação da lógica de mercado para todas as demais esferas institucionais tem contribuído para alterar o modo como concebemos nossas vidas em relação ao mundo à nossa volta¹⁵.

Um exemplo de contaminação é dado por dois pesquisadores da Universidade de Massachussets. Carrick e Epstein (2012) encontram evidências sobre grupos de

¹⁵ Marx (1973) considera que o indivíduo calculista, autocentrado e racional foi um produto e não a causa da dissolução da sociedade feudal e ascensão do modo de produção capitalista. Indo na mesma direção, Veblen (1953) afirma que o surgimento desta ideia de um indivíduo autocentrado é um produto do processo histórico. Ambos autores concordam de que não há uma disposição "natural" aos indivíduos serem racionais e autocentrados, tais conceitos foram sendo consolidados ao longo dos anos.

economistas, todos proeminentes na academia norte-americana, que possuíam laços com grandes instituições financeiras nos momentos anteriores à crise de 2008. Estes laços são parte da explicação porque estes economistas eram defensores das medidas de desregulamentação financeira tomadas pelo governo. Tais economistas ganharam notoriedade no que dizia respeito à decisão de políticas públicas, contudo pouco era questionado sobre o que as motivações por trás dessa defesa. No entanto, os autores consideram que as ligações entre os economistas e as instituições financeiras não são suficientes para explicar suas visões sobre reforma financeira. A visão dos economistas sobre o assunto refletiria uma complexa interação de ideologia, “captura cognitiva” pelas ideias dominantes, além dos interesses financeiros (CARRICK & EPSTEIN, 2012).

Já o conceito de emulação como um mecanismo social de manutenção da ordem hegemônica foi desenvolvido por Veblen (1899), em seu livro *A Teoria da Classe Ociosa*. Veblen constata que durante a transição da fase selvagem para a barbárie se constituiu uma classe social, que devido ao status e poder adquiridos ao longo do tempo, era isenta dos trabalhos manuais na comunidade, a chamada classe ociosa. Os membros desta classe restringiam-se à prática ostensiva do ócio como modo de demonstrar sua superioridade social em relação aos demais membros da comunidade. Aos demais membros da sociedade restava a tentativa de se comportar da mesma maneira que a classe ociosa para compartilhar do prestígio e status que essa possuía. Veblen denominou esta dinâmica de emulação pecuniária. Além disso, Veblen considera que o processo de emulação social é parte um aspecto institucional da cultura que compõe a tomada de decisão dos indivíduos.

Os institucionalistas radicais resgatam em sua abordagem o conceito desenvolvido por Veblen quase um século antes, no entanto há pequenas diferenças entre as abordagens. Para Dugger (1989), a emulação é uma competição por status, uma rivalidade pessoal baseada na inveja, onde o ponto central da competição é mostrar-se melhor que os demais competidores. Ao se adquirir símbolos de status apenas para demonstrar-se superior àqueles que não o possuem é um sinal da irracionalidade deste processo. Ainda mais quando estamos tratando de uma sociedade estratificada socialmente. Dugger (1988) considera que a emulação tem um efeito debilitante para as camadas mais baixas desta sociedade estratificada. A emulação pecuniária torna as pessoas das camadas mais baixas suscetíveis ao

desejo de imitar os estratos sociais mais altos. Então, ao invés de se rebelarem contra as injustiças praticadas pela sistema social, as pessoas se envolvem em uma competição predatória para obtenção de riqueza e status¹⁶:

Not only does emulation allow the corporation to break through the walls of other institutional orders without reprisals and to integrate all three forms of social standing – wealth, power and status – into an impressive whole that whole being a cultural phalanx, if you will, but emulation also allows the corporation to recruit and coopt into its lower ranks a steady stream of highly ambitious and highly talented young bloods from whichever institutional spheres of life and from whatever social strata it desires. (DUGGER, 1989)

Para os institucionalistas radicais, a emulação não é apenas uma característica da estrutura institucional, mas uma fator que causa distorções no processo cultural assim como aos indivíduos.

A mitificação é um mecanismo que faz parte do processo de socialização das pessoas, institucionalistas radicais consideram que os mitos disseminados através da cultura, afetam significativamente a racionalidade individual. Ao distorcer aspectos culturais, tais tem um impacto especial quando lidamos com sociedades estratificadas socialmente. Para Dugger (1980), a mitificação é o processo pelo qual símbolos gerados no interior de uma determinada instituição passam a ser distorcidos através da hegemonia institucional. Há dois tipos de mitos, aqueles que dizem respeito à natureza das pessoas, e os que dizem respeito à natureza dos sistemas sociais. Isso ocorre quando uma instituição produz símbolos, ou valores simbólicos, que passam a ser valorizados pela sociedade e, por consequência, emulado pelos demais conjuntos de instituições. Portanto, estes mitos são construções conceituais desenvolvidas em determinados contextos históricos que de alguma forma passaram a fazer parte de nosso processo de socialização. Tais mitos continuam fazendo parte da nossa herança institucional mesmo após perderem seu sentido original pois possuem um importante caráter cerimonial.

¹⁶ Dugger (1988) afirma que a competição por status e riqueza acaba absorvendo toda energia e emoções dos membros mais agressivos das classes baixas, assim, ao desviar a indignação das injustiças sócias, ganham força os impulsos para se sobressair pessoalmente. Ambitious, emulative men and women from the lower classes do not disturb the status quo. Their desire to be part of it – the top part – replaces any feelings of injustice they may have harbored (DUGGER, 1988).

Dugger (1988) considera que o mercado é apenas um conjunto de relações sociais instituídas, com um conjunto de regras determinando quais coisas podem ser vendidas, o que precisa ser trocado, como esta troca ocorrerá, quem irá fazê-las, e por fim, que se beneficiará e que arcará com os prejuízos. Assim, o autor enxerga o mercado não como uma disposição natural dos humanos se organizar, mas sim como um conjunto de instituições construída historicamente que operam através das relações de poder na sociedade¹⁷. Dugger julga que:

In a market economy, the market becomes a powerful enabling myth: The market (not the owner) made management close the plant. The market made the bank foreclose. The market generates a natural rate of unemployment. This belief in myths is a fact emphasized repeatedly by the radical institutionalists, particularly by Veblen. (DUGGER, 1988)

Belluzzo e Galípolo (2017) também consideram este modo de compreender o que é o mercado, além de equivocada, conduz a economia à mudanças que prejudicam os processos democráticos:

Por rádio, televisão e jornal as pessoas são “informadas” que precisam se sacrificar, aceitar os cortes os gastos sociais e menos direitos e benefícios trabalhistas, ou encarar a destruição da economia – tudo em nome da ciência econômica. O ajuste se transformou em uma ferramenta para justificar cortes seletivos.

Trabalhadores devem cumprir maiores jornadas e por mais tempo em suas vidas. Os impostos e tarifas públicas serão maiores, mas os serviços públicos serão reduzidos. Já a transferência de recursos públicos ao rentismo, seja pela compra de ativos podres ou pagamento de juros exorbitantes, não está em discussão, essa é determinada pelo mercado, deus *ex machina*. (BELLUZZO & GALÍPOLO, 2017)

¹⁷ Para Appleby (1978), a concepção de uma mentalidade de mercado começa a tomar força na Inglaterra do século XVII. Isto tem origem na ascensão das forças de mercado que abalavam profundamente o modo de vida medieval, apoiando-se no surgimento do pensamento mercantilista e nas ideias iluministas. Contudo, discutir a racionalidade neste período possuía implicações diferentes do que nos dias atuais. Autores do período defendiam conceitos como a liberdade e a racionalidade a fim de se opor à coerção exercida pelas poderosas monarquias, sustentadas através da religião. Para os autores liberais do período, seria através da racionalidade que os homens poderiam tomar melhores decisões no campo do comércio e da política. Stanfield (1995) considera que o ponto central da filosofia liberal é a configuração simbólica da descentralização, pois os indivíduos passam a ser vistos como os melhores juizes de suas próprias necessidades e desejos. Assim, no processo de destruição dos valores e padrões da cultura e sociedade medieval, a mão divina foi substituída pela mão invisível do mercado.

Böck e Almeida (2018) resumem os elementos importantes para a análise das relações de poder na sociedade e da hegemonia corporativa da seguinte maneira:

Temos: (1) a emulação gerando a aceitação e respeito dos líderes corporativos em meios não corporativos; (2) a contaminação inserindo motivos corporativos em funções sociais não corporativas; (3) a distorção conectando todas as instituições a corporações e (4) a mistificação cobrindo a hegemonia corporativa pelos símbolos mais importantes da sociedade. Desta forma, temos o poder corporativo não como um individual, mas como um poder institucional. (BÖCK & ALMEIDA, 2018)

Podemos concluir que as considerações dos institucionalistas radicais quanto às relações de poder nos dão algumas intuições à respeito da fonte institucional da hegemonia corporativa nos dias de hoje. Os mecanismos da sub-repção e a contaminação são responsáveis por destruir as bases para uma sociedade plural com instituições autônomas umas às outras. Já a emulação e a mitificação são mecanismos que operam em razão de legitimar a autoridade de grupos dominantes na sociedade.

5 UM OLHAR SOBRE DEMOCRACIA E IGUALDADE

Compreender as desigualdades que assolam a sociedade é parte fundamental dos institucionalistas radicais. A percepção de que existem uma infinidade de mazelas sociais torna este trabalho ainda mais complicado. No entanto, dois temas destacam-se frente aos demais, estes são a democracia e a igualdade social. Ambos os conceitos importam à análise por graças a dicotomia instrumental x cerimonial. A democracia é levada consigo um princípio fundamental para uma sociedade com ampla participação da comunidade e a igualdade pressupõe o fim de distinções sociais sejam essas de quaisquer natureza.

Tanto a democracia quanto a igualdade são conceitos que estão relacionados intimamente. Pensar em democracia sem igualdade nos dá um sistema excludente. Ao passo que também não é factível pensar em igualdade sem democracia. Mesmo assim, algumas reflexões sobre o tema se fazem necessárias para o andamento do trabalho em mãos. Assim, como as seções anteriores foram dedicadas à discussão, mesmo que breve, dos princípios históricos, metodológicos e teóricos da escola de pensamento, esta seção se dedicará então à algumas reflexões sobre processos relacionados à Igualdade e a Democracia a partir da perspectiva institucionalista radical.

Em seu artigo, *Against Inequality*, Dugger (1998) define a desigualdade como a divisão sistêmica de membros de uma sociedade entre grupos distintos, para que haja benefícios de um grupo em detrimento do outro. Em suma, são sistemas hierárquicos de privilégios institucionais estabelecidos ao longo da história de uma comunidade que sustentam o comportamento cerimonial daqueles no topo da hierarquia. Para o autor, a pobreza é um exemplo deste tipo de sistema de desigualdade pois é algo que se tornou institucional na sociedade. Assim, atingir uma melhor noção sobre o fenômeno deve considerar, por exemplo, que a pobreza não é arbitrária mas uma questão de classes sociais. Contudo, os institucionalistas radicais consideram estes sistemas de desigualdade muito mais amplos e abrangentes que

apenas as questões de classe, questões de gênero, raça, etnia e sexualidade também devem ser fundamentais para o estudo¹⁸.

A desigualdade não pode ser compreendida como um fenômeno aleatório ou accidental, são construções desenvolvidas especificamente para sustentar diferenças entre os membros da sociedade. Por essa razão, Dugger afirma que a desigualdade é um fenômeno sistêmico:

Each system of inequality requires a different set of collective actions. Specific collective actions are required to create and maintain a system of racial inequality. Race laws must be established, adjudicated, and enforced. Separate and unequal institutions must be established and justified. These systematic collective actions to put down one race and raise up another one are costly. A different, but partially overlapping, set of collective actions is required to create and maintain a system of class inequality. These actions focus on establishing, allocating, justifying, and protecting property rights. These collective actions are costly. Another set of different but partially overlapping collective actions is required to create and maintain a system of gender inequality. They establish, enforce, and justify the roles of family members, the reproductive rights of men and reproductive duties of women, and the various privileges of men and exposures of women. These actions are costly. (DUGGER, 1998)

Estes sistemas de desigualdade são suportados através da existência de mitos que enraízam tais preconceitos durante nosso processo de socialização. Para Dugger e Waller (1996) os mitos que nos impedem de nos comportarmos instrumentalmente tem origem, não só no passado, mas também nas ações do presente pois estes mitos nos impedem de ver as injustiças na sociedade. Para os autores, os mitos são mais poderosos que contos de fadas ou superstições. Eles são racionalizações que dão sustentam a exploração de classe, a discriminação racial, a dominação de gênero e a predação de nações. Além disso, estes mitos continuam fazendo parte de nossa constituição social pois ainda há aqueles que se beneficiam deste sistema e, por isso, continuam a propaga-lo. Dugger (1998) ainda considera que as classes dominantes querem acreditar que seus privilégios são merecidos e que o dano que causam aos demais membros da sociedade é feito para o bem das outras pessoas, ou uma justa recompensa. Como o conhecido ditado na economia sobre a necessidade de um

¹⁸ Para saber mais sobre, ler Angela Davis (1981).

remédio amargo para sanar os males do mundo, só nos esquecem de contar que os ricos tomam um remédio demasiadamente mais adoçado que o restante da população. Há então dois tipos de mitos disseminados socialmente. Aqueles que criam estereótipos quanto aos grupos marginalizados – como os preconceitos institucionalizados – e aqueles que criam ilusões sobre a superioridade dos grupos mais privilegiados.

Estes sistemas de desigualdade apoiados por um conjunto de mitos possuem um efeito perverso sobre as pessoas extirpadas de direitos básicos. Isso porque é recorrente que a precariedade da vida de uma pessoa explorada seja atribuída à ela mesma. Em sistemas que disseminam valores como a meritocracia, a liberdade e a livre iniciativa, é comum que as pessoas se sintam frustradas e inadequadas ao não alcançar seus objetivos. A desigualdade não é apenas a falta de oportunidades destas pessoas acenderem socialmente, é também um fator debilitante da própria existência das pessoas. Mas é essa a natureza da desigualdade institucional. Se nega direitos básicos às pessoas a fim de impedi-las de participar ativamente nos processos sociais, por outro lado, cria-se um senso comum de que sua situação de desigualdade é a própria razão de ser, tornando-se um ciclo vicioso:

If the underdogs can be convinced that the social system is based on individual initiative, freedom, efficiency, and contestable markets, then serious doubts are put in their minds about their own adequacy. If they have not been able to do well in such a wonderful system, then they must not be trying hard enough, or they must lack the personal abilities required for success. It must be their fault, for surely it could not be the fault of such a perfect system. If they believe it, they will not take collective action to change the system. Inequalities will go unchallenged. (DUGGER, 1998)

Em termos estritamente econômicos, a igualdade é um componente desejável para uma sociedade no sentido de que através de uma melhor distribuição pode-se manter um certo ritmo de crescimento do produto. Para Dugger (1988), ao distribuir melhor a renda para as camadas mais empobrecidas se criará um estímulo de demanda efetivas que irá impulsionar o produto e conduzir a sociedade à uma situação mais próxima do pleno emprego. Os institucionalistas radicais pensam que um sistema de mercado com significativas disparidades de renda não é capaz de manter a demanda efetiva em um nível que sustente os investimentos privados e a produção industrial. Também considera-se que a inserção na economia das pessoas

que estão excluídas dará um novo ânimo aos processos econômicos, retirando a hipocrisia e condescendência das classes dominantes. Em suma, o progresso deve ocorrer vindo de baixo para cima¹⁹.

No entanto, os problemas dos sistemas de desigualdade não passam apenas por uma revisão da distribuição de renda na sociedade. Abordagens convencionais chegam a discutir problemas relativos à desigualdade mas acabam dando ênfase à questões salariais ou de produtividade, enquanto os institucionalistas enxergam nas relações de poder desta sociedade as raízes do problema. Não é simplesmente através da melhoria da qualidade de vida das pessoas que o problema da pobreza será resolvido, pois a pobreza em si está na fundação da sociedade. Isto não significa dizer que demandar serviços de melhor qualidade, como saúde, segurança, educação, transporte e salários é desnecessário. Contudo, enquanto o produto é produzido tecnologicamente a renda e as relações de status são apropriadas institucionalmente. As relações de poder devem ser fundamentalmente reestruturadas para assegurar que os mais pobres não sejam apenas mais produtivos mas que também possam se apropriar da renda e respeito gerados institucionalmente, trata-se de igualdade e não caridade (DUGGER, 1988). Hamilton enfatiza este ponto:

Recently the New York Times carried an account of a successful educational program in New York City which enabled some kitchen helpers to qualify as cooks and chefs. Some who had previously been vegetable scrapers were now cooks in prominent restaurants. The point of the article was how, through training, the unskilled were raised to skilled occupations. But assuming that the vegetables are still being scraped by someone who has taken the place of the previous scrapers and that vegetable scraping is still just as unremunerative as before, the poverty level remains. The real question is why vegetable scrapers must be rewarded at a poverty level. (HAMILTON, 1967)

Então o combate aos sistemas de desigualdades deve se dar através da organização social e ações coletivas, desde ações e medidas tomadas por uma comunidade específicas, até reflexões de governos no tocante às políticas públicas. Institucionalistas radicais consideram apenas que não se pode mais permanecer

¹⁹ "The new ideas of those pushing from below will more than offset the loss of old ideas – made obsolete by being out of touch – suffered when rich are disestablished. In sum, progress occurs from the bottom-up" (DUGGER, 1988)

neutro em relação à desigualdade na sociedade. Pois a neutralidade ajuda na permanência destes sistemas e de problemas derivados destes.

A democracia é então vista pelos institucionalistas radicais como um meio para se combater os problemas dos sistemas de desigualdade. Este foi um dos principais pontos de distinção em relação aos institucionalistas ayresianos. A resistência cerimonial para os ayresianos era vista como um problema da ausência de avanço tecnológico, enquanto os radicais entendem que o problema da resistência cerimonial está no elitismo social. Em outras palavras, o atraso social é em muitos aspectos atribuídos ao elitismo da sociedade, que por sua vez, também é um produto da ausência de processos democráticos mais inclusivos. A democracia se torna um instrumento de valoração social para os institucionalistas radicais, além de uma estratégia de ações práticas²⁰.

Autores como Bush (1987), Dugger (1995) e Tool (1979), dão uma maior ênfase ao estudo teórico e aplicação prática de processos democráticos por considerar estes mais relevantes do que os processos tecnológicos para a economia. Tais autores se utilizam do conceito de encapsulamento cerimonial para enfatizar a possibilidade de instituições culturais “capturarem” a tecnologia e transformá-la para servir aos interesses privados das classes dominantes. Dugger e Waller (1996) defendem que, em um mundo caracterizado mais pelo encapsulamento cerimonial do que pelo progressos tecnológico autônomo, deve-se se haver um mais foco à participação democrática nos centros de decisão²¹.

No primeiro capítulo de seu livro, *Manda quem pode Obedece quem tem prejuízo*, Belluzzo e Galípolo (2017) nos relatam uma história sobre a cooptação de forças democráticas para a implementação de instrumentos de desregulamentação financeira nos Estados Unidos. Para os autores, após a crise de 1929 o governo passou a legislar mais fortemente as instituições financeiras do país, centralizando os

²⁰ Waller (1988) acredita ser o papel e propósito do Institucionalismo Radical alterar os atuais sistemas econômicos para outros sistemas que possuam práticas mais democráticas e participativas, que possibilitem a sociedade se guiar através de uma valoração social pautada no instrumentalismo.

²¹ Bush (1979) define encapsulamento cerimonial da seguinte maneira: “the hypothesis that the institutional structure will absorb new technology only to the extent that it can do so without dislocating the existing value structure. More precisely, it will absorb new technology only to the extent that the practice of this new technology can be made compatible with the pattern of ceremonial dominance incident to the institution. The changes in behavior required by the new technology will be permitted only to the extent that such changes can be accommodated within the existing pattern of ceremonial dominance.”.

instrumentos de regulação do mercado. Leis como a *Emergency Bank Bill* e o *Glass-Steagall Act* ficaram famosas por instituir a regulação sobre tais atividades. As oligarquias financeiras eram vistas como responsáveis pela crise e também ameaças à própria sociedade. Em 1936, Roosevelt se referiu à tais elites da seguinte maneira:

Era natural e talvez humano que os príncipes privilegiados dessa nova dinastia econômica, sedentos por poder tentassem alcançar o controle do próprio Governo. Eles criaram um novo despotismo e o embrulharam nos vestidos de sanções legais. Em seu serviço, novos mercenários procuraram regimentar o povo, seu trabalho e a propriedade. (ROOSEVELT, 1936).

Dessa maneira, principalmente no período do pós-guerra, a regulamentação se fez firme à estas instituições financeiras. Para Belluzzo e Galípolo (2017), as políticas monetárias e de crédito eram orientadas o sentido de garantir condições favoráveis ao financiamento do gasto produtivo, seja esse público ou privado, e atenuar os efeitos da valorização fictícia da riqueza sobre as decisões de gasto corrente de investimento. Dessa forma, a soberania estadunidense se manteve estável e rendendo lucros aos seus conglomerados corporativos. Contudo, o término da reconstrução da Europa por meados da década de 1960, e o ressurgimento da economia japonesa passaram a pôr em dúvida a extensão da dominação estadunidense²².

Assim, no contexto das duas crises do petróleo, a aceleração da inflação e a perda das corporações estadunidenses, as elites políticas e econômicas se organizaram para estabelecer a política do dólar forte – expressa na elevação da taxa de juros por Paul Vocker em 1979 – juntamente à retomada de governos mais conservadores, que se propunham a aplicar medidas da agenda neoliberal.

Fazendo-se uso da retórica neoliberal, os formuladores de política econômica deram início ao processo de desregulamentação da economia por acreditarem que as instituições desenvolvidas no pós-guerra estariam atrapalhando o crescimento do produto nos países desenvolvido. Autores alinhados com esta perspectiva econômica sustentavam que a insistência no estímulo fiscal associada à ações dos sindicatos deram origem à estagnação e à inflação, que no futuro levariam ao desemprego no

²² Durante este período, além do ressurgimento da Europa e do Japão como potências econômicas, outros países da periferia já davam sinais de que estavam em vias de desenvolvimento. Tanto os países asiáticos, como China, Coreia e Taiwan, davam sinais de que gostariam de entrar no novo ciclo de crescimento, assim como os países da América Latina desenvolvimentista. Sem contar no impacto que o desenvolvimento da União Soviética produzia nas políticas de Estado estadunidense.

longo prazo. Assim, via-se na reestruturação tributária, flexibilização do mercado de trabalho e desregulamentação do sistema financeiro o novo caminho para o desenvolvimento social. Reduzir a interferência do Estado e ampliar a concorrência entre as empresas, ao retirar-se medidas protecionistas, seria a nova diretriz para a economia. Sendo assim:

As relações entre o Político e o Econômico foram ordenadas de modo a remover quaisquer obstáculos à expansão do poder da finança. Esse processo levou consigo a apropriação da “racionalidade econômica” pelos senhores da grana. As decisões que outrora, no imediato pós-guerra, couberam às instâncias da política democrática passaram ao comando dos “mercados eficientes”. (BELLUZZO & GALÍPOLO, 2017)

O movimento de liberalização dos mercados foi responsável por promover tanto a globalização financeira como a centralização da riqueza em grandes instituições financeiras²³. O crescimento destas instituições passaram assim a distorcer as relações econômicas e sociais, pelo fato de concentrarem cada vez mais riquezas nas mãos de cada vez menos pessoas. Dessa forma, também passaram a influenciar cada vez mais as decisões de política econômica por dependerem intimamente da liquidez fornecida pelo Estado. Para Belluzzo e Galípolo (2017), esta submissão dos Estados aos interesses dessa finança globalizada foi acompanhada de mudanças na estrutura da propriedade e da concorrência, ou seja, os grandes bancos financiaram e organizaram o jogo da concentração patrimonial e produtiva²⁴.

A concentração de riqueza e poder nas mãos destas instituições financeiras é um fenômeno que possui um impacto profundo nos processos democráticos de uma economia. Streeck (2013) avalia que parte das dificuldades impostas à governos eleitos democraticamente passa pelo aprisionamento dos interesses privados, as funções destes governos começa a se distanciar do atendimento de necessidade essenciais da população em detrimento da lucratividade dos setores privados. Apesar da retórica liberal de se promover maiores liberdades econômicas e menos interferência governamental, estes grupos econômicos não desejam o fim do governo mas sim que este governo legisle em função aos seus interesses.

²³ Tais instituições financeiras ficaram conhecidas por serem “grandes demais para falir”.

²⁴ De acordo com um estudo do Roosevelt Institute, a economia desde o início dos anos 1980 caracterizou-se com o crescimento do setor financeiro, elevando seu poder na economia real, a explosão da riqueza e do poder no setor financeiro acabou por reescrever as regras e relações de poder na economia.

Os institucionalistas radicais consideram que estas distorções resultantes do processo de perseguição dos interesses privados em detrimento dos interesses da comunidade são problemas relacionadas à falta de processos democráticos na economia. Os valores perseguidos pela política econômica são de natureza cerimonial e não instrumental. Acentuando os sistemas de desigualdade e agravando a situação dos sistemas democráticos.

Por estas razões que os institucionalistas radicais defendem um sistema de democracia participativa que seja o mais abrangente possível. Portanto, sistemas democráticos passam a ser preferíveis a regimes autoritários pois há assim maiores chances de que os interesses perseguidos pela política serão voltados para os problemas que, de fato, afligem a sociedade em cada um de seus setores. Contudo, Dugger (1988) diz que os sistemas de democracia participativa não são garantias de que não existirão erros ou equívocos na escolha de políticas públicas. O autor argumenta que, no caso de políticas equivocadas, aqueles mais afetados poderão mais rapidamente recorrer aos através de seus direitos de participação às instâncias responsáveis. Assim, desenvolvendo soluções mais condizentes aos problemas estruturais da sociedade.

Sendo assim, os institucionalistas radicais saem em defesa da igualdade e da democracia por serem conceitos centrais à escola de pensamento. Os sistemas de desigualdade tem raízes na institucionalização de preconceitos através de mitos criados para sustentar a exploração de grupos sociais distintos. E tais sistemas são sustentados pelas relações de poder existentes na sociedade. A ausência de processos democráticos também tem suas raízes na exclusão de grupos sociais das esferas de decisão e de poder. A democracia que os institucionalistas radicais se referem foi estabelecida de maneira a respeitar os limites sociais impostos pela hegemonia institucional. Portanto, tanto a igualdade quanto a democracia são importantes instrumento para guiar as ações coletivas e políticas públicas que combatam o cerimonialismo e o comportamento predatório dentro do escopo do capitalismo contemporâneo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de 1990, autores como Francis Fukuyama preconizaram que a civilização ocidental havia alcançado seu último estágio de desenvolvimento, a democracia liberal aliada à globalização e liberalização dos mercados se consolidava como o melhor sistema socioeconômico já construído. Com a queda do Muro de Berlim e o desmantelamento da União Soviética chegava ao fim a longa Guerra Fria, com ela a percepção de que o capitalismo havia sido o vencedor e um novo ciclo de crescimento estaria gestado no interior das economias que seguissem as indicações do neoliberalismo. Um senso de otimismo perdurou por alguns anos nas mentes das pessoas. Contudo, este otimismo não durou muito tempo. Crises econômicas e financeiras, conflitos geopolíticos, crises humanitárias, aumento da desigualdade com concentração de renda, aumento da concentração industrial em grandes monopólios. Eventos que fugiam ao escopo das abordagens econômicas mais convencionais e essas se mostravam incapazes de apontar nos caminhos ou soluções para tais questões.

Cerca de uma década antes destes eventos, os institucionalistas radicais já debatiam a incapacidade destas abordagens econômicas darem conta de lidar com esses problemas sociais. De acordo com estes autores, as teorias convencionais não podiam dar conta de importantes fenômenos sociais para economia por questões metodológicas e filosóficas. Além do fato de que estes institucionalistas julgam teorias similares a escola neoclássica são um tipo de justificativa ideológica do status quo. Ao considerar como ponto de partida o estudo dos indivíduos distantes das instituições e suas relações de poder as análises convencionais deixavam de lado importantes implicações do sistema econômico.

O retorno às leituras de Veblen trouxeram para estes institucionalistas intuições importantes sobre o tipo de relações de poder que são sustentação à classe ociosa, além de ressaltarem os mecanismos sociais que instituíram a hegemonia da corporação capitalista no modo de vida das pessoas. Autores desta matriz não negam as contribuições de Ayres quanto à dicotomia instrumental-cerimonial, apenas buscam aprofundar tais percepções acrescentando componentes mais críticos em relação à resistência imposta pelos comportamentos cerimoniais.

Dessa forma, para os institucionalistas radicais não basta que o enfoque seja no estudo dos processos tecnológicos da sociedade há uma necessidade latente de se discutir as relações de poder que sustentam sistemas de desigualdade e os mitos que racionalizam tais dinâmicas de exploração. Portanto, parte importante da prática teórica do Institucionalismo Radical é a ideia de desbancar os mitos classistas, racistas, misóginos e homofóbicos embebidos na mentalidade das pessoas. Além do mais estes mitos que foram normalizados ao longo do tempo estruturam uma forma de pensar que aderiu ao pensamento neoclássico. A teoria neoclássica é descartada pelos institucionalistas radicais não apenas por estar baseada em pressupostos irrealistas e suas linhas tênues de raciocínio dedutivo, mas pelo fato de criar uma justificativa e uma racionalização das desigualdades e problemas sociais.

A igualdade não deve ser enxergada como um problema de falhas de mercado, ou simplesmente como uma falta de melhores sistemas de distribuição de renda. É uma questão estrutural que envolve tanto a falta de oportunidades para as pessoas como o poder destes mitos debilitar a capacidade das pessoas se julgarem no direito de existir. E a democracia seria um modo de organizar os grupos sociais a fim de tomar ações coletivas contra práticas cerimoniais e predatórias. O modo como se relacionam as classes dominantes e o atual estado do capitalismo corporativo representam uma ameaça aos processos democráticos e à própria economia.

As discussões feitas pelos institucionalistas radicais ainda se mostram relevantes às análises do contexto sociopolítico atual. A captura de Estados por grandes instituições financeiras, as dinâmicas que recorrências de desigualdades sociais, a exacerbação de patologias ligadas ao consumismo, a corrupção de valores democráticos por lógicas ligadas à mentalidade de mercado, são todos temas que ainda podem ser explorados através da abordagem institucionalista radical. Além do fato, de que uma das características dessa vertente é abrir um canal de comunicação com as demais abordagens críticas para expandir a compreensão dos fenômenos econômicos e sociais, e não apenas fechar-se em núcleos restritos de pesquisa.

REFRÊNCIAS

- APPLEBY, J. O. *Economic Thought and Ideology in Seventeenth-Century England*. NJ: Princeton University, 1978.
- AYRES, C. Moral Confusion in Economics. *International Journal of Ethics*, v.45, n.2, p. 170-199, 1935.
- AYRES, C. *The Theory of Economic Progress*. The University of North Carolina Press, 1944.
- AYRES, C. *The Industrial Economy*. Boston: Houghton Mifflin, 1952.
- AYRES, C. *Toward a Reasonable Society: The values of industrial civilization*. Austin University of Texas, 1961.
- BACKHOUSE, R. *A History of Modern Economic Analysis*. New York: Basil Blackwell, 1985.
- BELLUZZO, L. G. & GALÍPOLO, G. *Manda Quem Pode, Obedece Quem Tem Prejuízo*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.
- BLAUG, M. The Formalist Revolution or What Happened to Orthodox Economics After World War II. 98/10 Discussion Paper in Economics. University of Exeter (October), 1998.
- BÖCK, R. & ALMEIDA, F. (2018) A Evolução do Pensamento Vebleniano. *Revista Economia e Sociedade*, 27, n. 2, 2018.
- BRADY, R. A. *Business as a System of Power*. New York: Columbia University Press, 1943.
- BROWN, D. Institutionalism, Critical Theory, and the Administered Society. *Journal of Economic Issues*, vol. 19, no. 2, pp. 559-566, 1985.
- BUSH, P. The Cerimonial Encapsulation of Capital Formation in the American Economy. Presented at the annual meeting of the Western Social Science Association, Lake Tahoe, Nevada, p. 6, 1979.
- BUSH, P. An Exploration of Structural Characteristics of a Veblen-Ayres-Foster Defined Institutional Domain. *Journal of Economic Issues*, v.17, n.1, p 35-62, 1983.
- BUSH, P. The Theory of Institutional Change. *Journal of Economic Issues*, v.21, n.3, p. 1075-1116, 1987.
- COLANDER, D. The death of neoclassical economics, *Journal of the History of Economic Thought*, 22:2, 127-143, 2010.
- DAVIS, A. *Mulheres, Raça e Classe*. Tradução Heci Regina. – 1. ed – São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE GREGORI, T. Technology and Ceremonial Behavior: Aspects of Institutionalism. *Journal of Economic Issues*, v.11, n.4, p. 861-870, 1977.
- DEQUECH, D. Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics, *Journal of Post Keynesian Economics*, 30:2, 279-302, 2007.
- DORFMAN, J. *Thorstein Veblen and His America*. Viking Pres, Nova York, 1934.

- DUGGER, W. Power: An Institutional Framework of Analysis; *Journal of Economic Issues* 14:867-907, 1980.
- DUGGER, W. Radical Institutionalism: Basic Concepts. *Review of Radical Political Economics*, v.20, n.1, p. 1-20, 1988.
- DUGGER, W. Emulation: An Institutional Theory of Value Formation. *Review of Social Economy*, v.47, n.2, p. 134-154, 1989.
- DUGGER, W. Against Inequality. *Journal of Economic Issues*, 32:2, 286-303, 1998.
- DUGGER, W. & SHERMAN, H. Comparison of Marxims and Institutionalism. *Journal of Economics Issues*, v.28, n.1, p. 101-127, 1994.
- DUGGER, W. & WALLER, W. Radical Institutionalism: From Technological to Democratic Instrumentalism. *Review of Social Economy*, v.54, n.2, p. 169-189, 1996.
- FOSTER, F. John Dewey and Economic Value. *Journal of Economic Issues*, v.15, n.4, p. 871-897, 1981.
- HAMILTON, W. The Institutional Aproach to Economic Theory. *American Economic Review*, v.9, n.1, p. 309-318, 1919.
- HICKS, J. R. Marginal Productivity and the Principle of Variation. *Economica* 12(February): 79-88, 1932.
- HICKERSON, R. Planning for Institutional Change in a Complex Encironment: an Approach and an Application. *Journal of Economic Issues*, v.17, n.3, p.631-665, 1983.
- HODGSON, G. The Approach of Institutional Economics. *Journal of Economic Literature* v.36, p. 166-192, 1998.
- MARX, K. *Grundisse*. New York: McGraw-Hill, 1973.
- MAYHEW, A. Ayresian Technology, Technological Reasoning, and Doomsday. *Journal of Economic Issues*, v.15, n.2, p. 513-520, 1981.
- MILLS, C. W. *The Power Elite*. New York: Oxford University Press, 1956.
- O'HARA, P. A New Measure of Macroeconomic Performance and Institutional Change: The Index of Community, Warranted Knowledge, and Participation. *Journal of Economic Issues*, v.31, n.1, p. 103-129, 1997.
- POSSAS, M. A Cheia do Mainstream: Comentários sobre os rumos da Ciência Econômica. *Revista de Economia Contemporânea* n°1 Jan-Jun, 1997.
- RUTHERFORD, M. Clarence Ayres and the Instrumental Theory of Value. *Journal of Economic Issues*, v.15, n.3, p. 657-673, 1981.
- RUTHERFORD, M. *Institutions in Economics: the old and the new institutionalism*. Cambridge University Press, Londres, 1994.
- SHIPMAN, A. Lauding the leisure class: symbolic contente and conspícuos consumption. *Review of Social Economy*, v.62, n.3, p. 277-289, 2004.
- STIGLER, G. J. *Production and Distribution Theories*. New York: Macmillan, 1941.

STREECK, W. The Politics of Public Debt: Neoliberalism, Capitalism, and the Restructuring of the State. Discussion Paper 13/17. Köln: Max-Planck-Institut für Gesellschaftsforschung, julho, 2013.

TOOL, M. The Discretionary Economy, Santa Monica, CA: Goodyear Publishing, 1979.

VEBLEN, T. Why is Economics Not an Evolutionary Science. The Quarterly Journal of Economics, v. 12, n.4, p. 373-397, 1889.

VEBLEN, T. The Theory of Leisure Class. Nova York e Oxford, Oxford University Press, 2007, 1899.

VEBLEN, T. Preconceptions of Economic Science. Quarterly Journal of Economics 14 (February): 261, 1900.

VEBLEN, T. The Theory of Business Enterprise. Gloucester, United Kingdom: Dodo Press, 2009, 1906

VEBLEN, T. The Limitations of Marginal Utility. Journal of Political Economy, v.17, n.9, p 620-636, 1909.

VEBLEN, T. The Higher Learning in America: A Memorandum on the Conduct of Universities by Business Men. New York: B. W. Huebsch, 1918.

VEBLEN, T. The Instinct of Workmanship, New York: Augustus M. Kelley, 1964.